

INFORMAÇÕES GERAIS

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

LEIS

Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

LEI Nº 13.204, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999; altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935.

Lei Federal nº 9.637 de 15 de maio de 1998 – Qualificação de entidades como organizações sociais

Lei Estadual nº 13.569 de 27 de dezembro de 1999 - Dispõe sobre a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e dá outras providências.

Lei Estadual nº 15.503 de 28 de dezembro de 2005 – Qualificação como Organizações Sociais Estaduais - GO

Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 – Lei Acesso à Informação

Lei Estadual nº 18.025 de 22 de maio de 2013 – Lei Acesso à informação – GO

Lei Estadual nº 20.972 de 23 de março de 2021 - Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus no âmbito do Estado de Goiás.

Lei Estadual nº 21.740 de 29 de março de 2021 – Disciplina o regime jurídico das organizações sociais da Saúde – OSSs no Estado de Goiás.

Lei Estadual nº 20.795, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar o Termo de Colaboração que especifica.

PORTARIAS

Portaria nº 292/2016 SES/GO – Padronização de informações de custos e alteração nos prazos

Portaria nº 894/2016 SES/GO – Conta bancária específica

Portaria nº 1038/2017 SES/GO - SIPEF

Portaria nº 518/2018 SES/GO – Composição e competências da COMACG

Portaria Conjunta nº 001-2021 - SEC-CEXTERNO/TCE – CGE

Portaria nº 426/2021 SES/GO - Institui, na Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO, normas para solicitação de repasse de recursos financeiros às Organizações Sociais de Saúde e/ou Fundações Privadas a título de investimento.

DECRETOS

Decreto Estadual nº 7.904 de 11/06/2013 – Regulamento a Lei nº 18.025 - Acesso à informação

Decreto Estadual nº 10.356, de 8 de dezembro de 2023 pdf, de 8 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a aplicação da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que

estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil – OSCs, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

Decreto Federal nº 9.190 de 01/11/2017 – Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637

Decreto Estadual nº 9.423 de 10/04/2019 - Código de Ética e de Conduta Profissional do servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual.

RESOLUÇÕES

Resolução Normativa nº 007/2011 TCE/GO – Fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e execução dos Contratos de Gestão firmados pelo Estado, regulamenta as prestações de contas anuais e dá outras providências

Instrução Normativa nº 34/2016 - CGE/GAB de 09/05/2016 – Estabelece a sistemática de fiscalização a cargo da Controladoria Geral do Estado (CGE) na prestação de contas de recursos transferidos voluntariamente pelo Estado de Goiás a municípios e entidades sem fins lucrativos, em especial para OSCs, ONGs, OSs e OSCIPs, ainda que por intermédio de contratos de gestão e termos de parceria

Instrução Normativa nº 37/2016 - CGE/GAB de 21/06/2016 – Estabelece a sistemática de análise e aprovação a cargo da Controladoria-Geral do Estado (CGE) dos regulamentos para a contratação de obras, serviços, compras e admissão de pessoal das Organizações Sociais que possuem contratos de gestão celebrados com o Estado de Goiás

Resolução Normativa nº. 013/2017 TCE/GO – Fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e execução dos Contratos de Gestão firmados pelo Estado, regulamenta as prestações de contas anuais e dá outras providências

Resolução Normativa nº 013/2017 – TEC/GO - Dispõe sobre a fiscalização da qualificação de entidades como organizações sociais, da formalização e da execução dos contratos de gestão firmados pelo Estado de Goiás, e regulamenta as prestações de contas anuais a serem disponibilizadas aos órgãos ou entidades supervisoras e dá outras providências

Resolução Normativa nº. 004/2018 TCE/GO – Retifica a Resolução Normativa nº 013/2017, para correção de erro material

MANUAIS

Manual de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão com OSS – SES/GO

Procedimento Operacional Padrão da COMFIC – SES/GO

Portal Transparência

1ª Edição da Metodologia de Avaliação dos Termos de Colaboração e/ou Fomento da SES

ESTATUTOS SOCIAIS

Estatuto Social Consolidado – A.G.E. 15/01/2025 (Estatuto Vigente)

Estatuto Social Consolidado – A.G.E. 13/04/2023

Estatuto Social Consolidado – A.G.E. 28/10/2021

Estatuto Social Consolidado – A.G.E. 30/07/2020

Estatuto Social Consolidado – A.G.E. 05/08/2020

Atualização: 07/08/2025